

Inquérito Civil n. 06.2017.00006481-7

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça com atuação na Promotoria de Justiça de Tangará, Alexandre Penzo Betti Neto, denominado neste ato como **COMPROMITENTE**, e **MAURÍCIO PATRICIO**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG n. 4.928.547 e inscrito no CPF sob o n. 060.506.349-47, residente na Linha São Roque, interior, do Município de Pinheiro Preto, ora denominado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do inquérito civil em epígrafe, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição da República de 1988 determina que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios [...] IV – defesa do consumidor”;

CONSIDERANDO que o art. 6º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, preconiza que é direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

CONSIDERANDO que o art. 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que é direito básico do consumidor, dentre outros, obter informação clara e adequada sobre os diferentes produtos e serviços;

CONSIDERANDO que os produtos e os serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou à segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (art. 8º do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou à segurança, bem como produto em desacordo com as normas

expedidas pelos órgãos oficiais competentes, (art. 10, *caput*, e art. 39, inciso VIII, ambos do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que o art. 18, § 6º, do Código de Defesa do Consumidor, preconiza que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação, os produtos que estejam com prazo de validade vencido ou inadequados ao fim que se destinam;

CONSIDERANDO que o fornecedor responde pela reparação de danos ocasionados aos consumidores, inclusive de caráter difuso (art. 6º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor), por defeito do produto (art. 12, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (art. 12, § 1º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO a existência do Programa Alimento sem Risco no âmbito do Ministério Público, que conta com a parceria das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; da Superintendência do IBAMA em Santa Catarina; do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em Santa Catarina; da Procuradoria Regional do Trabalho em Santa Catarina; e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (Termo de Cooperação Técnica n. 19/2010), cujo objeto é estabelecer estratégias de atuação, integrando os entes de fiscalização e de orientação do Estado, com o objetivo de coibir o uso indevido de agrotóxicos, fortalecendo a economia agrícola e garantindo o direito básico à saúde de agricultores, dos consumidores e da sociedade em geral, bem como o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado;

CONSIDERANDO que, no ano de 2017, o Parecer Técnico Interpretativo n. 2017.005, relativo à amostra de pêssego, analisada pela AgroSafety Monitoramento Agrícola, coletada pela CIDASC no Comercial Lucelmar de Frutas e Verduras Ltda., fornecida pelo produtor Maurício Patrício, CPF 060.506.349-47, detectou a presença de resíduos do agrotóxico "Carbendazim, "Dimetoato" e Fenitrotriona", produtos químicos não autorizados à cultura de pêssego, consoante legislação pertinente, devidamente atestado em Parecer Técnico Interpretativo da CIDASC;

CONSIDERANDO que tal produto foi fornecido pelo produtor Maurício Patrício, conforme nota fiscal de produtor;

CONSIDERANDO que o produtor afirmou que não cultivava essa espécie de pêssego, mas que nenhuma espécie da fruta foi indicada nos documentos constantes nos autos;

CONSIDERANDO que lhe foi oportunizado comprovar as alegações de que houve carregamento de pêssego em outras propriedades e que não produz, especificamente, o pêssego objeto da análise, mas não houve qualquer manifestação;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos existentes nos alimentos expostos ao consumo, visando à tutela do consumidor quanto à segurança dos alimentos, uma vez que o consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos não permitidos ou em quantidade superior aos níveis de tolerância permitidos é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos consumidores; e

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público firmar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no §6º do artigo 5º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985;

RESOLVEM:

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O COMPROMISSÁRIO obriga-se a observar a legislação de regência e a adotar as boas práticas agrícolas na produção de todas as hortifruticulturas, de forma a evitar a contaminação química dos alimentos produzidos e a contribuir com a sustentabilidade ambiental, com a saúde dos trabalhadores e dos consumidores, em especial:

1.1 - A utilizar na sua lavoura somente agrotóxicos: (a) devidamente registrados nos órgãos competentes; (b) prescritos por profissional habilitado, mediante receituário agrônomo; e (c) autorizados para a cultura. Deverá, ainda, (d) observar rigorosamente a forma de aplicação do agrotóxico prevista no receituário agrônomo e nas instruções que acompanham o produto químico (bula), sobretudo no que tange à quantidade recomendada e aos períodos de carência, e (e) preparar e aplicar os agrotóxicos de forma cautelosa, longe dos cursos de água, de forma que não contamine os mananciais e os solos adjacentes à área de produção;

1.1.1 - Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** deverá guardar em seu poder, pelo prazo de 3 (três) anos, as notas fiscais dos agrotóxicos adquiridos e uma via do receituário agrônomo correspondente aos agrotóxicos;

1.2 - A registrar toda a aplicação dos diferentes agrotóxicos em livro próprio para

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TANGARÁ

cada cultura, que deve ser armazenado por até 3 (três) anos, de forma que cada área possua um histórico das aplicações, visando ao controle do número de aplicações e do período de carência para cada alimento produzido;

1.3 - A empregar e a utilizar-se somente de trabalhadores adultos, capazes e treinados para o manuseio e para a aplicação de agrotóxicos, bem como a disponibilizar e a obrigar esses trabalhadores ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e demais requisitos de proteção, conforme o manual de Prevenção de Acidentes no Trabalho com Agrotóxicos;

1.4 - A manter as embalagens originais dos agrotóxicos ainda em uso rotuladas e com instruções de aplicação, em local adequado, arejado, identificado, longe do alcance de animais domésticos e de crianças, tampadas e o estoque próximo a um mínimo aceitável;

1.5 - A submeter as embalagens vazias à enxágue triplice, procedimento a ser realizado longe dos cursos de água, e a armazená-las em local próprio para posterior encaminhamento do estoque às unidades de recebimento de embalagens, conforme preconiza a legislação;

CLÁUSULA SEGUNDA – Pelos danos decorrentes da produção de alimentos com resíduos de agrotóxicos em desconformidade com os parâmetros legais, o **COMPROMISSÁRIO** pagará, no prazo de até 60 (sessenta dias), a contar desta data, ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário a ser retirado nesta Promotoria de Justiça, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

5.1 - Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia do(s) comprovante(s) de quitação em até 30 (trinta) dias após a data de pagamento;

CLÁUSULA TERCEIRA – Pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ora assumidas o **COMPROMISSÁRIO** pagará, ao FRBL, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), reajustado pelo INPC;

CLÁUSULA QUARTA – O descumprimento injustificado de qualquer das cláusulas alhures estabelecidas - incluindo a cláusula penal - ou a continuidade ilícita por parte do **COMPROMISSÁRIO**, facultará ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, bastando, para tanto, a

prova da irregularidade pelo órgão fiscalizador competente

CLÁUSULA QUINTA – O **MINISTÉRIO PÚBLICO** obriga-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

As partes elegem o foro da Comarca de Tangará/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em duas vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Tangará/SC, 23 de agosto de 2019.

Alexandre Penzo Betti Neto
Promotor de Justiça
Assinatura Digital

Maurício Patrício
Compromissário

TESTEMUNHAS:

Letícia Marcon
Assistente de Promotoria de Justiça
Mat. 655.125-4

Katiuscia Leandro dos Angelo
Assistente de Promotoria de Justiça
Mat. 357.857-7

Marluci Patrício